



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

**Apelação Cível nº 196731-3** – Comarca de Camaragibe ✓

**Apelante:** Município de Camaragibe

**Apelado:** Jacilda Muniz da Silva

5470

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADA À UNANIMIDADE. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DESÍDIA DO MUNICÍPIO NO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DO PERITO. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO, PREJUDICADO O APELO. 1. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada, tendo em vista que, mesmo sendo regularmente intimado, o Município embargante não efetuou o pagamento dos honorários do perito. Ora, se a autora da ação originária demonstrou, pelos documentos apresentados com a inicial, o fato constitutivo de seu direito, compete ao embargante provar os fatos extintivos, modificativos ou impeditivos do direito da autora, nos termos do artigo 333, incisos I e II, do CPC. E se insiste na realização de perícia técnica, com o escopo de comprovar as alegações feitas em seus embargos, é dele o dever de antecipar os honorários do perito. 2. No mérito, a matéria levantada diz respeito a excesso de execução, com a consequente impugnação dos cálculos apresentados pela parte exequente, o que, para tanto, foi acatado pedido de realização de perícia técnica, à luz dos artigos 33 e 333, do CPC. 3. De acordo com a descrição feita no voto da preliminar de cerceamento de defesa, a perícia requerida não foi realizada pela desídia do próprio embargante, que deixou de pagar os honorários do perito, admitindo, dessa forma, os cálculos apresentados pela exequente. Súmula 232 e precedentes do STJ (REsp 149819/SP e REsp 704230/RS). 4. O mesmo raciocínio se aplica à alegação do embargante relativa ao cumprimento da decisão interlocutória de fls. 104/108, requerendo a reforma da condenação a título de astreintes, pois não há como se aferir a correção ou não no pagamento da referida determinação judicial sem a competente perícia técnica. 5. No tocante às questões levantadas no recurso voluntário acerca da estabilidade financeira e da condenação, trata-se de matéria já decidida no processo de conhecimento, abrigada pela coisa julgada material. Precedentes: REsp 958.410/SC; REsp 1017273/SC e EDcl no REsp 1107011/PR. 6. A sentença atacada merece reparo apenas em relação à incidência da



220  
280  
me

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

correção monetária e dos juros de mora. No que toca à fixação da correção monetária, sendo a mesma um mecanismo mediante o qual se busca a recomposição da efetiva desvalorização da moeda, pela atualização de seu conteúdo econômico, deve incidir a partir da data do efetivo prejuízo ao direito patrimonial da autora e abrange os expurgos inflacionários aplicáveis ao respectivo período, consoante a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, respaldada em sua Súmula de nº 43, à qual deve ser compatibilizada à aplicação da Lei nº 6.899/81. Quanto aos juros de mora, aplica-se a Súmula 69 deste Egrégio Tribunal de Justiça, cujo enunciado passo a transcrever: "Na condenação da Fazenda Pública ao pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, incidem juros moratórios, a partir da citação, no percentual de 1% ao mês, nas ações ajuizadas até a entrada em vigor do art. 10-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela MP nº 2.180/2001, em 24/08/2001, sendo aplicável, dali em diante, o percentual de 6% ao ano". 7. Reexame necessário parcialmente provido, prejudicado o apelo voluntário.

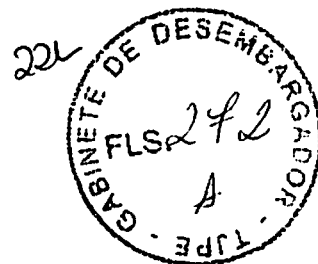
**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 196731-3, acima mencionada, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de cerceamento de defesa e, no mérito, proveu-se parcialmente o reexame necessário, prejudicado o apelo, nos termos do Relatório e Voto, proferidos neste julgamento em 17 de dezembro de 2009.

P.R.I.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Apelação Cível nº 196731-3** – Comarca de Camaragibe  
**Apelante:** Município de Camaragibe  
**Apelado:** Jacilda Muniz da Silva

**RELATÓRIO**

Cuida-se de reexame necessário e apelo voluntário em face de sentença que, nos autos dos Embargos à Execução nº 246.2004.000936-1, julgou improcedente o pedido inicial, em virtude da desídia do embargante no pagamento dos honorários do perito, resultando no reconhecimento dos cálculos apresentados pela exequente.

Em suas razões, de fls. 224/242, alega o apelante, preliminarmente, nulidade do processo em vista de cerceamento do direito de defesa e requer a atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação. No mérito, aduz, resumidamente, que os juros de mora e a correção monetária devem incidir a partir da citação válida; que não descumpriu a decisão interlocutória, requerendo a reforma da condenação a título de astreintes; que há flagrante excesso de execução nos cálculos apresentados pela apelada, devendo ser realizada a conta de liquidação, o que não houve, tampouco foi concedido prazo para o município impugnar tal conta. Por fim, levanta questões acerca da matéria decidida no processo de conhecimento, a saber, da estabilidade financeira e da condenação.

Contrariedade às fls. 250/252, onde se pugna pela negativa de seguimento ao presente apelo pelos próprios fundamentos contidos na sentença atacada.

Com vista, o *parquet* Estadual, em seu parecer de fls. 267/269, opinou pelo improvimento do recurso, mantendo-se a sentença recorrida.

É o relatório. À Doutra Revisão.

Recife, 23 de novembro de 2009.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

**Apelação Cível nº 196731-3 – Comarca de Camaragibe**

**Apelante:** Município de Camaragibe

**Apelado:** Jacilda Muniz da Silva

**VOTO DA PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA**

Argui o apelante que houve cerceamento de seu direito de defesa na fase de liquidação de sentença, posto que restou acolhido o pedido de realização de cálculos por contador judicial a fim de se apurar o *quantum debeatur*, sem que houvesse, no entanto, a apresentação de seus cálculos, tampouco houve intimação para se manifestar sobre a liquidação.

Não há como prosperar tal alegação. Pela simples leitura dos autos pode-se constatar que, de fato, houve requerimento de ambas as partes, fls. 43 e 83, respectivamente, para que se procedesse com o cálculo do valor devido, a título de liquidação de sentença, por de avaliador ou contador judicial.

Deferido o pedido através da decisão interlocutória de fls. 104/108, o contador judicial prestou informações no sentido de que não detinha conhecimentos técnicos suficientes para a realização dos cálculos, sendo necessária a nomeação de um perito contábil.

À fl. 170, o Juízo *a quo* nomeou perito contador para elaboração do laudo, sendo apresentados os quesitos por ambas as partes. No entanto, o mesmo renunciou ao encargo devido a problemas de saúde na família, razão pela qual novo perito foi nomeado e os honorários arbitrados em cinco salários mínimos.

Vale salientar que o despacho de fl. 199 explicitou a regra contida no *caput* do art. 33, do CPC, determinando a antecipação dos honorários do perito pelo autor dos embargos, fazendo, inclusive, ressalva ao prazo de trinta dias concedidos à municipalidade para efetuar o respectivo depósito, sob pena de não ser produzida a perícia e o consequente julgamento antecipado da lide.

Acontece que, mesmo sendo regularmente intimado, em 02 de janeiro de 2008, conforme certidão de fl. 200v, o Município embargante não efetuou o pagamento dos honorários do perito, sendo o mesmo certificado em 07 de maio de 2008, como se lê à fl. 202v.

222  
281  
pe



Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

### OITAVA CÂMARA CÍVEL

Ora, se a autora da ação originária demonstrou, pelos documentos apresentados com a inicial, o fato constitutivo de seu direito, compete ao embargante provar os fatos extintivos, modificativos ou impeditivos do direito da autora, nos termos do artigo 333, incisos I e II, do Código de Processo Civil. E se insiste na realização de perícia técnica, com o escopo de comprovar as alegações feitas em seus embargos, é dele o dever de antecipar os honorários do perito.

Nessa linha de raciocínio, adoto o entendimento contido no seguinte aresto, da lavra do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. ABANDONO DA CAUSA. ART. 267, III, DO CPC. INÉRCIA DA PARTE QUANTO À PROVIDÊNCIA INDISPENSÁVEL À CONTINUAÇÃO DO PROCESSO. **HONORÁRIOS DO PERITO**. DEPÓSITO. 1. O escopo da jurisdição é a definição do litígio que reinstaura a paz social. Desta sorte, a extinção terminativa do processo, sem análise do mérito, é excepcional. 2. O abandono da causa, indicando desinteresse do autor, deve ser aferido mediante intimação pessoal da parte, consoante exsurge do § 1º do art. 267 do CPC, verbis: "O juiz ordenará, nos casos dos ns. II e III, o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em quarenta e oito (48) horas." A contumácia do autor, em contrapartida à revelia do réu, consubstancia-se na inércia do autor em praticar ato indispensável ao prosseguimento da demanda. 3. Consequentemente, **"Assim é que, se o autor deixa de produzir determinada prova requerida, como, v.g., a perícia, não implementando o pagamento das custas, o juiz não deve extinguir o processo mas, antes, apreciar o pedido sem a prova, infligindo ao suplicante o ônus pela não-produção daquele elemento de convicção."**, consoante as regras do art. 333 do CPC. (Luiz Fux in Curso de Direito Processual Civil, 2ª edição, Forense, pág. 445). 4. Recurso Especial provido. (REsp 704230/RS, Relator: Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, Publicação: 27/06/2005).

Ante o exposto, indefiro a preliminar suscitada.

Recife, 12 de 12 de 2014

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
Relator



224  
283  
jul

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Apelação Cível nº 196731-3** – Comarca de Camaragibe  
**Apelante:** Município de Camaragibe  
**Apelado:** Jacilda Muniz da Silva

**VOTO MÉRITO**

Prefacialmente, tenho como prejudicado o pedido liminar de efeito suspensivo ao presente recurso, em vista de seu julgamento por este colenda Câmara.

Trata-se, originariamente, do reconhecimento do direito de servidora pública municipal à estabilidade financeira, bem como à incorporação ao seu vencimento das vantagens pecuniárias reclamadas, nos limites do pedido. O feito encontrava-se na fase de execução de sentença, quando do julgamento dos presentes embargos à execução, vieram-me conclusos os autos para reexame necessário.

Em síntese, a matéria levantada nos presentes embargos e no próprio apelo voluntário diz respeito a excesso de execução, com a consequente impugnação dos cálculos apresentados pela parte exequente, o que, para tanto, foi acatado pedido de realização de perícia técnica, à luz dos artigos 33 e 333, do CPC.

De acordo com a descrição feita no voto da preliminar de cerceamento de defesa, a perícia requerida não foi realizada pela desídia do próprio embargante, que deixou de pagar os honorários do perito, admitindo, dessa forma, os cálculos apresentados pela exequente.

É o que podemos inferir do seguinte enunciado: "Se não for efetuado o depósito, deve ser determinado o prosseguimento do feito, sem a produção da prova pretendida" (RT 637/123, JTJ 179/120, Lex-JTA 146/101).

Mais uma vez, é jurisprudência do STJ:

Processual civil. Honorários periciais definitivos. Falta de complementação. Não é possível condicionar a prolação da sentença ao depósito da remuneração definitiva do perito. Extinção do processo. Art. 267, III do CPC. Ilegalidade. Recurso especial provido (REsp 149819/SP, Relator: Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Terceira Turma, Publicação: 23/05/2005).



225  
284  
me

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. ABANDONO DA CAUSA. ART. 267, III, DO CPC. INÉRCIA DA PARTE QUANTO À PROVIDÊNCIA INDISPENSÁVEL À CONTINUAÇÃO DO PROCESSO. **HONORÁRIOS DO PERITO**. DEPÓSITO. 1. O escopo da jurisdição é a definição do litígio que reinstaura a paz social. Desta sorte, a extinção terminativa do processo, sem análise do mérito, é excepcional. 2. O abandono da causa, indicando desinteresse do autor, deve ser aferido mediante intimação pessoal da parte, consoante exsurge do § 1º do art. 267 do CPC, verbis: "O juiz ordenará, nos casos dos ns. II e III, o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em quarenta e oito (48) horas." A contumácia do autor, em contrapartida à revelia do réu, consubstancia-se na inércia do autor em praticar ato indispensável ao prosseguimento da demanda. 3. Consequentemente, **"Assim é que, se o autor deixa de produzir determinada prova requerida, como, v.g., a perícia, não implementando o pagamento das custas, o juiz não deve extinguir o processo mas, antes, apreciar o pedido sem a prova, infligindo ao suplicante o ônus pela não-produção daquele elemento de convicção."**, consoante as regras do art. 333 do CPC. (Luiz Fux in Curso de Direito Processual Civil, 2ª edição, Forense, pág. 445). 4. Recurso Especial provido. (REsp 704230/RS, Relator: Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, Publicação: 27/06/2005).

Ademais, veja-se o conteúdo da Súmula 232 do STJ: "A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito".

O mesmo raciocínio se aplica à alegação do embargante relativa ao cumprimento da decisão interlocutória de fls. 104/108, requerendo a reforma da condenação a título de astreintes, pois não há como se aferir a correção ou não no pagamento da referida determinação judicial sem a competente perícia técnica.

No tocante às questões levantadas no recurso voluntário acerca da estabilidade financeira e da condenação, trata-se de matéria já decidida no processo de conhecimento, abrigada pela coisa julgada material. Sobre este ponto, o entendimento do STJ é pacífico, conforme se verifica no seguinte aresto:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. RECURSO ESPECIAL. FUNGIBILIDADE. RECEBIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. **EMBARGOS DE EXECUÇÃO**. IMPOSTO DE RENDA. FÉRIAS INDENIZADAS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. REFORMATIO IN PEJUS PELO ACÓRDÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO QUE INCLUIU VALOR EXCLUÍDO PELA SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC. OMISSÃO



226  
285  
me

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. APLICAÇÃO SÚMULA 283/STF. ALEGAÇÃO REFORMATIO IN PEJUS. **PRECLUSÃO.** (*Omissis*) 8. **A preclusão impede que, no processo de execução judicial, sejam alegadas matérias superadas pela resolução final, razão por que a Lei Processual é clara no sentido de que, no cumprimento da decisão, somente é possível suscitar-se matérias supervenientes à sentença. A matéria decidida no processo de conhecimento está protegida sob o manto da coisa julgada, tornando inviável sua modificação em sede de embargos à execução. (REsp 958.410/SC, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 05/08/2008, Dje 11/09/2008; REsp 1017273/SC, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 28/10/2008, Dje 17/11/2008).** 9. Embargos declaratórios recebidos como Agravo Regimental, este desprovido. (EDcl no REsp 1107011/PR, Relator: Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, Publicação: 17/09/2009). (destaquei)

Finalmente, a sentença atacada merece reparo apenas em ralação à incidência da correção monetária e dos juros de mora.

Pois bem, no que toca à fixação da correção monetária, com efeito, sendo a mesma um mecanismo mediante o qual se busca a recomposição da efetiva desvalorização da moeda, pela atualização de seu conteúdo econômico, deve incidir a partir da data do efetivo prejuízo ao direito patrimonial da autora e abrange os expurgos inflacionários aplicáveis ao respectivo período, consoante a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, respaldada em sua Súmula de nº 43, à qual deve ser compatibilizada à aplicação da Lei nº 6.899/81.

Quanto aos juros de mora, aplica-se a Súmula 69 deste Egrégio Tribunal de Justiça, cujo enunciado passo a transcrever: "Na condenação da Fazenda Pública ao pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, incidem juros moratórios, a partir da citação, no percentual de 1% ao mês, nas ações ajuizadas até a entrada em vigor do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela MP nº 2.180/2001, em 24/08/2001, sendo aplicável, dali em diante, o percentual de 6% ao ano".

Feitas essas considerações, voto no sentido de dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, reformando-se a sentença *a quo* apenas para fixar a





227  
28/10  
PC

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

correção monetária pela tabela ENCOGE, a partir da data do efetivo prejuízo ao direito patrimonial da autora, e o percentual a título de juros moratórios em 0,5% (meio por cento) ao mês, a partir da citação no processo de conhecimento.

É como voto.

Recife, 11/12/2007

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

228  
287  
me

Reexame necessário e apelação cível nº 196731-3 - Comarca de Camaragibe  
Remetente: Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Camaragibe.  
Apelante: Município de Camaragibe.  
Apelado: Jacilda Muniz da Silva.

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de reexame necessário e apelação cível diante de decisão que julgou improcedentes os embargos à execução, por desídia do embargante no pagamento de honorários do perito, resultando no reconhecimento dos cálculos apresentados pela exeqüente.

VOTO DA PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA

Primeiramente, voto pela rejeição da presente preliminar, por constatar a regularidade da tramitação do processo de origem em todos os seus termos.

Por oportuno, constato a existência de intimação do município apelante, conforme certidão de fls. 200 verso, para a realização do pagamento dos honorários periciais, ressaltando-se a explicitação da regra contida no caput do art. 33, do CPC, e a ressalva de que a não realização do depósito implicaria em julgamento antecipado da lide, e não produção de prova pericial.

VOTO DE MÉRITO

No mérito, observo que o litígio entre as partes concentra-se na fixação do *quantum* a que a embargada faz jus, tendo sido, para apuração do referido montante, determinado pelo juízo *a quo*, a realização de prova pericial.

Contudo, da análise dos autos, constato que, apesar da intimação da municipalidade a antecipar os honorários do perito, conforme fls. 209 verso, esta não cumpriu com tal ônus, segundo depreende-se do documento de fls. 210 verso.

Nesse ínterim, cumpre ressaltar, o STJ já pacificou entendimento no sentido de que a Fazenda Pública sujeita-se à exigência do depósito prévio dos honorários do perito, nos termos da Súmula nº 232, do STJ.

Desta feita, em face da desídia do apelante, nos termos da jurisprudência sedimentada no âmbito do STJ, entendo que, se determinada prova deixa de ser produzida por inércia de alguma das partes, o juiz deve apreciar o pedido sem a aludida prova, atribuindo ao mesmo o ônus pela não produção do aludido elemento de convicção, conforme se observa da análise de aresto adiante transcrito, vejamos:



229  
JSS  
me

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL EM AÇÃO CONSIGNATÓRIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ART. 267, III E § 1º, DO CPC. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO ATUAL PARA O CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA. 1. O transcurso de 6 anos, in albis, entre a petição da autora dizendo estar dispensada do cumprimento de diligência de recolhimento de honorários periciais, a ausência de análise de petições supervenientes e a ausência da necessária intimação constante do § 1º do art. 267 do CPC, demonstram que não há espaço para a extinção do feito sem resolução do mérito por decisão tomada de ofício pelo magistrado, sem prévia oitiva das partes. 2. A intimação do parágrafo primeiro do artigo 267 do CPC se exige atual com os fatos e atos do processo. 3. **"Assim é que, se o autor deixa de produzir determinada prova requerida, como, v.g., a perícia, não implementando o pagamento das custas, o juiz não deve extinguir o processo mas, antes, apreciar o pedido sem a prova, infligindo ao suplicante o ônus pela não-produção daquele elemento de convicção."** (Luiz Fux in Curso de Direito Processual Civil, 2ª edição, Forense, pág. 445)" (Resp 704.230/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 2/6/2005, DJ 27/6/2005 p. 267). 4. Recurso Especial não provido (REsp 1103610/RJ, T1, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJ de 16/04/2009).

No mesmo sentido, a já explanada linha de raciocínio deve ser aplicada à alegação do embargante relativa ao cumprimento da decisão interlocutória de fls. 104/108, em que requer a reforma da decisão na parcela concernente às astreintes, uma vez que não há como se chegar a uma certeza acerca do acerto do valor constante da decisão, sem a competente perícia técnica.

Em relação às questões suscitadas pelo apelante sobre a estabilidade financeira, entendo que não devem ser as mesmas conhecidas, uma vez que abrigadas pelo manto da coisa julgada material, e, como tal, insuscetíveis de discussão na via dos embargos à execução, nos termos da jurisprudência do STJ, vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. EMBARGOS À EXECUÇÃO. MATÉRIA ACOBERTADA PELA COISA JULGADA. 1. **A preclusão impede que, no processo de execução judicial, sejam alegadas matérias superadas pela resolução final, razão por que a Lei é clara no sentido de que, no cumprimento da decisão somente é possível suscitar-se matérias supervenientes à sentença.** 2. A titularidade do crédito, por força do pagamento reconhecido pela sentença, impede que seja rediscutida a questão sob o pálio da legitimidade para a execução, porquanto a questão não é formal, mas material e inerente à própria relação material. 3. O art. 741, III, do CPC, ao permitir que os embargos à execução fundada em sentença verse sobre a ilegitimidade das partes, refere-se aos arts. 566 a 568 do Diploma Processual. Isto porque eventual nulidade processual ocorrida no processo de conhecimento, mesmo que absoluta - salvo aquela relacionada a vício na citação - torna-se inatacável em sede de embargos à execução, porquanto houve sentença com trânsito em julgado, confere-lhe a imutabilidade inerente à autoridade da coisa julgada. 4. **Deveras, é cediço na Corte que a alegação relativa à ilegitimidade da parte no processo cognitivo é defesa em sede de embargos à execução fundada em sentença, posto encontrar-se acobertada pelo manto da coisa julgada.** (Precedentes: REsp 361758/SP, DJ de 21/05/2007; REsp 554.346/RS, DJ 27.11.2006 ; Resp 667.557/RS, DJ 19.5.2005; AgRg no REsp 541.374/RS, DJ 3.11.2004 ) 5. Recurso especial desprovido (REsp 871166/SP, T1, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 21/10/2008).

230  
289  
pe

Por fim, observo que a sentença ora atacada deve ser reformada em relação à correção monetária, entendendo aplicável a súmula nº 43, do STJ, que determina a sua incidência a partir da data do efetivo prejuízo, e aos juros de mora, que devem seguir o enunciado da súmula nº 69 da jurisprudência desta Corte Local de Justiça, onde se estatui que na condenação da fazenda pública ao pagamento de verbas remuneratórias a servidores, os juros de mora incidirão à base de 1% (um por cento) ao mês, nas ações ajuizadas até a entrada em vigor do art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97, em 24/08/2001, aplicando-se, a partir desta data, o percentual de 6 % (seis por cento) ao ano.

Diante do exposto, voto pelo provimento parcial do presente reexame necessário, devendo-se reformar a sentença de origem apenas para fixar a incidência de correção monetária a partir da data do efetivo prejuízo, e os juros de mora a partir da citação no processo de conhecimento, à base de 1% (um por cento) ao mês, mantendo-se, no mais, a sua integralidade, restando prejudicado o apelo.

É como voto.

Recife, 11 de dezembro de 2009

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
*Revisor*